da excepcionalidade e da brevidade da medida (arts. 19, 112, § 2º); CONSIDERANDO a Resolução Conanda nº 119, de 11 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências; CONSIDERANDO o disposto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012, que é direito do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade (no art. 49, inc. II), e a necessidade de gestão e racionalização das medidas de internação e semiliberdade (art 40 e 49); CONSIDERANDO o disposto no Acórdão no Habeas Corpus 143.988 Espírito Santo de 24 de agosto de 2020 do Supremo Tribunal Federal que determinou que as unidades de execução de medida socioeducativa de internação de adolescente não ultrapassem a capacidade projetada de internação prevista para cada unidade em respeito ao atendimento socioeducativo de qualidade e sem superlotação; CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução nº 165, de 16 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, observado o disposto no Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL); CONSIDERANDO a Lei Estadual n.º 5819, de 11 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre a Política Estadual de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado do Pará e dá outras providências; CONSIDERANDO a Resolução n.º 048/2013, de 06 de setembro de 2013, do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Pará – CEDCA/PA, que dispõe sobre o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará (2013/2023); CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução nº 367, de 19 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece as diretrizes e normas gerais para a criação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Judiciário; CONSIDERANDO as atribuições da Comissão Interinstitucional de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará (Comissão SINASE), disposto no Decreto n.º. 664, de 21 de fevereiro de 2013, especialmente no Art. 1º, Incisos V e VI no que consistem em elaborar as proposições de melhoria contínua do sistema e estimular a criação e o funcionamento de Comissões ou Colegiados, e CONSIDERANDO a conclusão das atividades do Grupo de Trabalho, instituída pela Comissão SINASE sobre a Análise e atualização da Portaria FASEPA Nº. 420, de 11 de abril de 2016, Publicada no Diário Oficial do Estado em 03/05/2016 sob o Nº 33119 v, pagina 65, que Instituiu e regulamentou a Gestão da Central de Vagas.

RESOLVEM:

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 1º Instituir a Central de Vagas, sob a coordenação da Diretoria de Atendimento Socioeducativo - DAS/ Coordenadoria de Atendimento Socioeducativo do Pará – CASE da FASEPA.

Art. 2º Entende-se por Central de Vagas o serviço responsável pela gestão e coordenação das vagas em unidades de internação, semiliberdade e internação provisória do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, conforme disposta no anexo I desta resolução.

§ 1º. A Central de Vagas será responsável por receber e processar as solicitações de vagas formuladas e encaminhadas pelo Poder Judiciário, cabendo-lhe indicar a disponibilidade de alocação de adolescente em unidade de atendimento ou, em caso de indisponibilidade, sua inclusão em lista de espera até a liberação de vaga adequada à medida aplicada.

§ 2º. Caberá às instituições do Sistema de Garantia de Direitos acompanhar e monitorar a execução das Centrais de Vagas, conforme disposto no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º. Para fins desta resolução, considera-se:

Vaga: fração correspondente à capacidade de acomodação de 1 (um) adolescente dentro de uma unidade socioeducativa a partir dos parâmetros da norma do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo;

I. Lista de espera: relação de adolescentes que aguardam a entrada em unidade de restrição e privação de liberdade do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, quando ultrapassado o percentual de 100% de ocupação das unidades socioeducativas;

I. Audiência concentrada socioeducativa: metodologia de realização de audiência para reavaliação de medida socioeducativa.

DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º. São princípios da Central de Vagas:

- I. Dignidade da pessoa humana;
- I. Brevidade e excepcionalidade da medida socioeducativa;
- I. Prioridade absoluta da criança e ao adolescente;
- I. Convivência familiar e comunitária;
- I. Temporalidade da medida socioeducativa.

II. Condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

DA FINALIDADE

Art. 5º. São objetivos gerais das Centrais de Vagas:

Implementar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a partir da diminuição da discricionariedade existente na oferta de vagas.

Estabelecer uma padronização na análise dos pedidos de vagas e de transferências de adolescentes nas unidades socioeducativas do Estado;

I. Impedir a superlotação das unidades, evitando a degradação do sistema socioeducativo;

III. Promover o fortalecimento da socioeducação;

I. Prezar para que o (a) adolescente seja incluído (a) em programa de meio aberto quando da inexistência de vagas na internação ou semiliberdade;

I. Prezar para que a definição da capacidade real de vagas do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo observe a separação de vagas entre internação provisória, semiliberdade, internação e internação-sanção, bem como a separação entre vaga feminina e masculina e a separação pela divisão de

faixa etária, quando couber;

II. Garantir que nenhum adolescente ingresse ou permaneça em unidade de atendimento socioeducativo sem ordem escrita da autoridade judiciária competente;

I. Registrar os dados dos pedidos de solicitação a fim de permitir um fluxo contínuo de produção de dados e informações sobre a gestão de vagas, lotação das unidades e lista de espera, resguardando o sigilo e a proteção dos dados pessoais dos adolescentes e seus familiares.

DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 6º Compete à Central de Vagas, no âmbito da coordenação da Diretoria de Atendimento Socioeducativo - DAS/ Coordenadoria de Atendimento Socioeducativo do Pará – CASE da FASEPA:

I. Receber o pedido de ingresso dos adolescentes nas UASES, conforme determinação judicial.

II. Manter, atualizar e ter acesso aos dados dos adolescentes no que se refere às vagas disponíveis e ocupadas nas Unidades de Atendimento Socioeducativo.

III. Assegurar que a capacidade de vagas de cada unidade não ultrapasse o quantitativo para que foi projetada.

IV. Alimentar o cadastro de adolescentes que aguardam vagas de forma a manter a atualização do sistema, respeitando o sigilo dos dados.

V. Informar o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e dos Adolescentes dados gerais sobre a Centras de Vagas e sua lista de espera, sempre que solicitados.

DO ACESSO E REQUISICÃO DE VAGA

Art. 7º. Proferida decisão de internação provisória ou de internação-sanção ou sentença de medida socioeducativa de internação ou de semiliberdade, os pedidos de vagas deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Atendimento Socioeducativo do Pará – CASE.

Art. 8º. São requisitos para recepção e análise do pedido de vaga:

I. Solicitação oficial de vaga pela autoridade judiciária competente;

I. Envio da cópia da representação e da decisão judicial, em que deverá constar expressamente a capitulação jurídica completa do ato infracional;

I. Envio da cópia da guia de internação provisória ou de execução de medida socioeducativa;

II. Cópia do Estudo Técnico, realizado na fase de conhecimento, se houver;

I. Tratando-se de adolescente apreendido (a), envio do documento comprobatório da data de apreensão;

III. Envio da cópia da certidão de antecedentes infracionais;

I. Envio dos documentos de caráter pessoal do (a) adolescente existente no processo de conhecimento, especialmente os que comprovem sua idade;

I. Tratando-se de adolescente submetido a internação-sanção, envio da cópia do Termo de Audiência em que foi decretada a medida e a correspondente guia de execução de internação-sanção.

II. Exame do Instituto Médico Legal;

Parágrafo único: Nenhum adolescente poderá ingressar ou permanecer em unidade socioeducativa sem ordem escrita e fundamentada da autoridade Judiciária competente, como estabelece o art. 106 da lei 8.069/1990 (ECA);

Art. 9º. Os pedidos encaminhados à Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA) que não atendam a quaisquer requisitos do artigo anterior serão devolvidos ao juízo requisitante, para fins de adequação dos procedimentos e documentação necessários.

Art. 10. Somente a Central de Vagas autorizará o ingresso nas Unidades de Atendimento Socioeducativo, conforme o estabelecido no art. 40, da lei 12.594/2012 (SINASE);

Parágrafo único: A requisição de vagas para a Internação Provisória, Internação, Semiliberdade Internação Sanção serão direcionados à Central de Vagas, inclusive nos finais de semanas e feriados, mediante o envio da documentação necessária para o e-mail centraldevagas.fasepa@gmail.com

Art. 11. A Central de Vagas terá o prazo de 24 horas para realizar a análise dos pedidos, que será feita a partir dos critérios definidos no anexo II desta Resolução, com utilização de sistema próprio (planilhas de cálculos em Excel) para aferição de ordem de pontuação ("ranking") de acesso de vaga e lista de espera, de gestão da FASEPA, e comunicar o programa ou a unidade de cumprimento da medida ao juízo do processo de conhecimento e ao juízo responsável pela fiscalização da unidade indicada ou informar a inclusão do adolescente em lista de espera.

§ 1.º O sistema próprio ((planilhas de cálculos em Excel) descrito no caput ficará disponível em site da FASEPA em versão demonstrativa e sem vinculação de nomes e atos de adolescentes, bem como deve ser permitido acesso à planilha de cálculo de casos específicos a quem de direito e de defesa, mediante solicitação para o e-mail: e-mail centraldevagas.fasepa@gmail.com, com a devida identificação e prerrogativas do solicitante, resguardando o sigilo e o princípio do contraditório e ampla defesa.

§2º. Estando o (a) adolescente apreendido(a) em Delegacia de Polícia e em sendo impossível sua pronta transferência para a vaga designada, o adolescente aguardará sua remoção em repartição policial, desde que em seção isolada dos adultos e com instalações apropriadas, não podendo ultrapassar o prazo máximo de cinco dias nos termos do art. 184, §2º, da Lei 8.069/1990.

Art. 12. A Central de Vagas analisará as solicitações de vagas considerando a ordem cronológica de recebimento destas, e atualizará a lista de espera dos (as) adolescente não ultrapassando o percentual de 100% da taxa de ocupação nas unidades socioeducativas.

Art. 13. A análise dos pedidos encaminhados à Central de Vagas levará em consideração os seguintes critérios:

I. Disponibilidade da vaga;

I. Gravidade do ato infracional;

I. Reiteração do ato infracional;

I. Disponibilidade de vaga de acordo com a natureza da medida imposta, bem como a separação entre vagas femininas e masculinas e a faixa etária; e

II. Socioeducandos que tenham união estável ou regime marital, nos ter-